



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE SINDICAL DO SPGL

ENTRE SETEMBRO DE 2014 E JULHO DE 2015

Este relatório da atividade sindical do SPGL reporta ao ano letivo 2014/2015, durante o qual, em maio passado houve eleições para os Corpos Gerentes. Este ano decorreu num enquadramento político caracterizado pelo “apressar” de um conjunto de medidas de cariz neoliberal (redução dos serviços sociais, acelerar de privatizações,...), na continuidade da política dos três anos anteriores acelerada face ao aproximar do fim da legislatura. No campo da Educação esta política corporizou-se nomeadamente no lançamento de um processo de municipalização, ainda em fase “experimental”, na alteração legislativa facilitando a implantação de colégios de iniciativa privada em todo o país, (aos quais podem vir a ser dadas “garantias” através dos contratos de associação ou do anunciado, embora não concretizado, “cheque-ensino) numa concorrência desleal com as escolas públicas, onde o subfinanciamento e a degradação das condições de trabalho e a ausência de pessoal não docente põem em causa a qualidade da oferta. Os enormes cortes orçamentais nas áreas da Educação atingiram todos os níveis de ensino, criando a todas as escolas, incluídas as do ensino superior, enormes dificuldades de funcionamento. Na Ciência reduziram-se fortemente o número de investigadores e de bolsiros e reduziu-se drasticamente o financiamento a cerca de metade dos centros de investigação. O ambiente político foi ainda marcado pelo discurso governamental apregoando melhorias da situação económica e social e com promessas de diminuição da austeridade imposta nos últimos anos. Propaganda que, contudo, não impede que as condições sociais dos portugueses (elevado índice de desemprego, boa parte da população em situação de risco de pobreza ou em pobreza efetiva – que atinge um elevado número de crianças) se mantenham degradadas, e todos nós sabemos como esse estado de coisas se reflete nas nossas escolas públicas.

O movimento sindical, incluindo os sindicatos da FENPROF, tentou reagir e contrariar o programa e a propaganda governamentais. Fê-lo através de um conjunto de ações de luta em elevado número, as mais significativas das quais à frente aqui se recordam. Mas não pode ser escamoteado que a capacidade de mobilização para essas ações se foi tornando cada vez mais fraca, reduzidas por vezes a ações de quadros e dirigentes sindicais.

No âmbito dos sindicatos de professores, a muito fraca participação dos docentes na manifestação nacional de 20 de Junho, convocada pela Plataforma Sindical de que a FENPROF e os seus sindicatos fazem parte, e a impossibilidade de concretizar a por várias vezes pensada “Marcha pela Educação”, em conjunto com pais e outras forças sociais, são exemplos claros da dificuldade de mobilização de “massas” no contexto sociopolítico que se vive. Não se conclua do reconhecimento desta dificuldade a inutilidade das ações desenvolvidas. No caso do movimento sindical docente, o ter-se tornado público e alertado para as consequências da municipalização, embora não tendo impedido o processo em curso, criou condições para a resistência e para limitar abusos de poder ou intervenções ilegítimas por parte dos municípios em áreas pedagógicas; não se impediu mas desacreditou-se a PACC, criando algumas condições para a sua extinção; travou-se luta que permitiu reduzir a quase nada, nos docentes, o processo de requalificação; obrigou-se o poder a aplicar – embora de forma incompleta e incorreta - a

diretiva comunitária de limitação do abuso de contratos a termo nos diferentes ministérios e institutos públicos; desenvolveu-se (está ainda em curso) uma luta muito importante e muito difícil contra a pretensão da AEEP de fazer caducar o CCT do ensino particular e cooperativo; e outros exemplos podiam ser dados da utilidade da ação sindical mesmo em tempos de grande dificuldade de mobilização. O trabalho sindical é de resto dificultado pela campanha desenvolvida pelo governo e pela direita, apresentando os sindicatos como forças conservadoras e obstáculos à renovação, acusando-os nomeadamente de defenderem apenas os que têm trabalho em oposição aos desempregados. Campanha que não deixa de ter efeito nas dificuldades de sindicalização sentidas por todo o movimento sindical.

Apesar deste contexto adverso, a que deve acrescentar-se a difícil situação financeira dos sindicatos, fruto sobretudo da diminuição do número de docentes (e portanto também de sócios) e dos cortes nos seus salários, o SPGL pode apresentar um balanço francamente positivo da sua ação neste período, como o evidenciam os dados a seguir apresentados.

As condições de exercício da atividade sindical no próximo ano letivo não são separáveis do resultado das eleições legislativas que se aproximam. Uma eventual vitória eleitoral da coligação de direita que nos tem governado (e empobrecido) criaria condições muito favoráveis para o acelerar do processo de privatização do ensino e para a brutal degradação das condições de trabalho dos docentes. Sem esquecer que a definição de prioridades tem de atender à situação de cada momento e que, portanto, há que atender ao resultado das eleições, o SPGL deverá propor aos professores e à FENPROF como objetivos centrais na luta sindical no próximo ano:

- a defesa da escola pública e da sua qualidade, que passa também pelo repensar dos horários e condições de trabalho dos docentes (matéria sobre a qual há um documento já elaborado) e a defesa de um maior investimento na Ciência;
- a exigência da aplicação correta e integral da diretiva comunitária 1999/70/CE (nos diferentes ministérios e institutos públicos), incluindo aos docentes do ensino superior e aos investigadores, e a estabilização do corpo docente com base no preenchimento adequado dos lugares de quadro;
- a defesa e o respeito pelos estatutos de carreira e do CCT (no ensino particular e cooperativo), bem como a negociação de um instrumento regulador da contratação e da carreira dos docentes e dos investigadores das instituições do ensino superior particular e cooperativo;
- a reposição dos vencimentos dos docentes e dos investigadores, sem cortes, campo de luta conjunta com restantes sindicatos da Frente Comum e do movimento sindical;
- a exigência de uma política de formação (inicial, contínua e especializada/pós-graduada) qualificada que valorize a atividade docente na prossecução da qualidade da escola pública;
- a aposentação imediata aos 40 anos de serviço e a luta pela redução para os 36 anos de serviço, independentemente da idade.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Atividade reivindicativa (com “expressão de rua”): como é natural, boa parte da ação reivindicativa do SPGL esteve ligada às propostas resultantes da atividade da FENPROF, da CGTP-IN e da FRENTE COMUM, tendo o SPGL participado empenhadamente nas iniciativas concretizadas, de que sobressaem:

- a comemoração do Dia do Professor, 5 de Outubro, no Largo Camões, em Lisboa;
- a Manifestação dos trabalhadores da Administração Pública em 31 de outubro;
- o Dia Nacional de Indignação, Ação e Luta, iniciativa da CGTP-IN em 13 de novembro;
- a Marcha Nacional, promovida pela CGTP-IN (21 a 25 de novembro);
- a greve dos trabalhadores do Instituto da Segurança Social (4 de dezembro);
- a concentração nacional de professores dos Conservatórios de Música, em 22 de Janeiro;
- a Manifestação promovida pela CGTP-IN em 7 de março;
- a Greve da Administração Pública em 13 de março;
- a concentração de docentes do ensino superior em 20 de março;
- a Manifestação de professores em 20 de junho;
- as concentrações dos docentes das escolas especializadas do ensino artístico do particular e cooperativo (9 de fevereiro e 30 de abril);
- a participação nas jornadas do 25 de Abril e 1º de Maio.

1. Iniciativas específicas do SPGL:

Foi promovido o 5º Congresso do SPGL, iniciativa que conseguiu conciliar a intervenção pedagógica – através de conferências de elevada qualidade – com a ação reivindicativa, evidenciando que o rigor e a eficácia da ação político-sindical se enriquece com o aprofundar dos trabalhos científicos.

Foram propiciadas aos dirigentes e aos sócios iniciativas de informação e formação sobre temas e problemas das sociedades atuais: encontro sobre a sustentabilidade da segurança social, sobre o Tratado Transatlântico de Comércio Livre, sobre a Medicalização das crianças em idade escolar.

As jornadas pedagógicas - iniciativas de índole formativa e cultural – movimentaram 367 professores que delas fazem um balanço muito positivo (ler o EI de Julho pgs 30 e 31). Tem sido defendida a necessidade de repensar o modelo de funcionamento desta atividade, articulando-a com a formação contínua.

Há ainda a destacar, pela atualidade do tema a Jornada nº 3. A saúde dos Professores, dinamizada pelo Dr. Silva Santos que, entre outros aspetos, alertou para a necessidade de nos envolvermos rapidamente em ações que conduzam à exigência do cumprimento pelo Estado da legislação sobre Saúde e Segurança no Trabalho e à eleição de Comissões de Saúde e Segurança no Trabalho nas escolas.

Registaram-se ainda as seguintes iniciativas:

- o acompanhamento e apoio à luta dos docentes do Conservatório Nacional;
- o apoio aos docentes e não docentes do externato Santa Joana Princesa (Sesimbra);
- o Plenário sobre concursos que decorreu em Almada;
- a conferência sobre autonomia e gestão das escolas (integrada num conjunto de conferências promovidas pela FENPROF);
- a negociação sobre carreiras, horários e condições de trabalho na Casa Pia;
- a negociação de Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública (ACEEP) com vários municípios e institutos públicos;
- a negociação do Acordo de empresa com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- a greve na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (17 de abril).

2. O SPGL participou de forma empenhada e interventiva no vasto conjunto de ações reivindicativas promovidas pela FENPROF ao longo deste ano letivo:

- a luta contra o processo de municipalização, tema sobre o qual o SPGL promoveu reuniões com professores em Oeiras e na Amadora e um Encontro sobre o mesmo tema em Almada, tendo acompanhado iniciativas de vários municípios sobre esta matéria, nomeadamente em Abrantes, onde a intervenção sindical foi fundamental para o abandono do processo por parte daquele município. Reuniu com os municípios envolvidos. Registe-se neste combate à municipalização o facto de pouco mais de uma semana após o complexo processo eleitoral, o SPGL ter conseguido fazer cerca de 200 mesas para a consulta aos professores (iniciativa nacional da FENPROF);
- a luta contra a PACC;
- a luta contra a iniciativa PET –Cambridge;
- a exigência da aplicação correta da diretiva comunitária 1999/70/CE;
- a reclamação do alargamento do regime transitório das carreiras docentes do ensino superior e a aplicação da diretiva comunitária 1999/70/CE a este setor;
- a exigência da retirada do amianto das escolas;
- a denúncia da política de asfixia dos centros de investigação científica;
- as iniciativas em defesa da escola pública;
- a resistência à intenção da AEEP de fazer caducar o CCT do ensino particular e cooperativo;
- o Encontro Nacional “Ser docente no ensino particular e cooperativo” em 4 julho;
- a negociação do Acordo de Empresa com a União das Misericórdias Portuguesas;
- a participação no Encontro de Quadros da Educação Pré-escolar (10 de Janeiro de 2015);

- o início do processo de revisão do CCT das IPSS com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS).

3. Vida interna do SPGL

Os órgãos previstos nos estatutos (plenários de setores e regiões, Assembleia Geral, Conselho Geral, Conselho Fiscal, Comissão Executiva e Direção) reuniram normalmente e de acordo com as suas funções, com exceção da Assembleia Geral de Delegados Sindicais.

O SPGL continuou neste ano letivo a proporcionar aos seus sócios um qualificado serviço de apoio a sócios e jurídico, tendo-se registado um total de 14347 atendimentos entre telefonemas, e-mail e pessoal na Sede e Delegações e 1310 consultas jurídicas. O atendimento pessoal a sócios totalizou 4634 atendimentos, sendo 2808 registados na Sede e os restantes nas Delegações. Registou-se ainda o atendimento pontual de 637 não sócios, estes, normalmente atendidos por dirigentes.

Neste período temporal foram editados 5 números do Escola-Informação em papel e 3 digitais. Neles se trataram, em dossiês específicos, temas de grande relevância como “A arte e a Escola”, a “Municipalização”, a “Transição entre ciclos de ensino”. O EI foi também usado para divulgar atividades pedagógicas relevantes em várias escolas, esclarecer questões jurídicas e divulgar a diversa atividade do SPGL.

Em Junho de 2014 tínhamos 14979 sócios em situação regular (ou em condições de regularização). Em Junho de 2015 tínhamos 14613 nas mesmas condições. O processo não foi linear. Atingimos 15038 em Agosto de 2014 e descemos para 14513 em Fevereiro, data a partir da qual tem havido todos os meses uma ligeiríssima subida. Por direções regionais, neste período apenas Lisboa registou uma ligeira subida (de 6647 para 6661). Por setores só o Particular/IPSS registou uma ligeira subida (de 1909 para 1920). Os grupos que mais desceram foram os aposentados (de 2511 para 2378) e os desempregados (de 418 para 289). É necessário relançar uma campanha de sindicalização.

Delegados sindicais: em Junho de 2014 tínhamos 155, em Junho de 2015 temos 161. Continua a ser o calcanhar de Aquiles da nossa organização. Não houve neste período nenhuma reunião da Assembleia de Delegados Sindicais (que por norma não têm quórum de funcionamento). A ligação às escolas é assegurada pelo número elevado de dirigentes que têm turmas ou outras tarefas quotidianas nas suas escolas, mas que formalmente não são delegados sindicais. Houve contudo reuniões conjuntas da direção com os delegados sindicais. Esta é uma matéria sobre a qual é preciso tomar decisões no próximo ano.

Reuniões sindicais: Foram registadas neste período 144 reuniões sindicais na direção regional de Lisboa, 167 na de Setúbal, 79 na de Santarém e 77 no Oeste. Note-se que se trata de reuniões registadas nos serviços, sendo que muitas não são registadas e que não se incluem aqui os contactos informais com os professores em cada escola.

A nível internacional estiveram no V Congresso delegações do Sindicato de Huambo, dando continuidade a um Protocolo de colaboração, e o National Union Teachers (NUT) de Inglaterra.

A pedido, recebemos na nossa Sede uma delegação de trabalhadores da Administração Pública da República da Coreia do Sul.

Aposentados: Ao longo deste ano letivo, este departamento mostrou uma dinâmica apreciável. Os aposentados marcaram presença nas várias ações reivindicativas promovidas pela FENPROF, CGTP-IN e Frente Comum. Marcaram presença no 5º Congresso do SPGL. Estabeleceram relações de trabalho com o departamento de aposentados da FENPROF, da Inter-Reformados e da Frente Comum. A nível interno mantiveram persistentemente a iniciativa “ O meu livro quer outro livro”, momento de encontro e de troca de opiniões, mas também raiz para encontros, regra geral muito participados, com nomes fortes da nossa literatura: Lídia Jorge, Mário de Carvalho, João de Melo, e outros menos conhecidos (Ana Weisenberger, Ana Paula Timóteo, Delfina Porto...). Informação mais pormenorizada sobre a atividade do departamento de aposentados pode ser lida no EI de Julho de 2015

Espaço ABC: Realizaram-se 5 exposições de artistas conceituados. Em Julho tivemos a primeira exposição de professores de uma escola, a pedido desta. Realizou-se ainda uma exposição comemorativa do 70º aniversário da derrota do nazi-fascismo.

Este espaço tem contribuído para uma boa imagem pública do SPGL. Está em curso uma discussão sobre a natureza das iniciativas a promover neste espaço que, na opinião de alguns, deve privilegiar a abertura aos novos artistas em detrimento do recurso a nomes já consagrados.

Neste período continuou o processo de reestruturação dos serviços resultante da saída negociada de alguns trabalhadores. Os dados financeiros foram já apresentados em anterior reunião deste órgão.

Lisboa, 15 de julho de 2015

A Direção